



## **Tensionamentos entre os campos científico, político e jornalístico: análise dos enquadramentos das Universidades Federais no jornal Zero Hora durante o primeiro semestre da pandemia de covid-19 no Brasil**

**Wagner Guilherme Lenhardt<sup>1</sup>.**

Universidade Federal de Santa Maria.

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo verificar os cruzamentos entre os campos político, jornalístico e científico, com base nos enquadramentos das Universidades Federais no jornal Zero Hora. Nossa intenção é pensarmos esses atravessamentos considerando o primeiro semestre de 2020, quando a pandemia do novo coronavírus chegou ao Brasil. A noção dos campos é acionada a partir de Bourdieu (1989; 2004) e Cook (2011). Para a análise, a metodologia utilizada foi a dos enquadramentos, com base em Gamson e Lasch (1981) e Gamson e Modigliani (1989). Ao final, concluímos que os campos político, jornalístico e científico estão em constante interface e conexão. Inferimos que a sobrevivência de cada uma dessas esferas depende de tal articulação, que nem sempre se dá em posições de igualdade e autonomia.

**Palavras-chave:** campo científico; campo político; campo jornalístico; Universidades Federais; Zero Hora.

### **1. Considerações iniciais**

O contexto deste artigo tem como base as problemáticas que envolvem as Universidades Federais (UFs) Brasileiras durante o governo de Jair Bolsonaro. Considerando os anos anteriores, as UFs sofreram novos cortes orçamentários<sup>2</sup> e foram visibiliza-

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: wagnerlenhardt@gmail.com

<sup>2</sup> Levantamento feito em 2018 pelo portal de notícias G1 mostra que as Universidades Federais tiveram, em 2017, o menor repasse de verbas desde 2013. Tal período engloba os governos de Dilma Rousseff e



das pela imprensa em uma arena de questionamentos, que geraram inquietações relacionadas à legitimidade de tais instituições na sociedade. Partimos do pressuposto de que o jornalismo, ao promover enquadramentos do que noticia, participa do processo de legitimação de projetos políticos, econômicos e sociais, de atitudes, crenças e valores, e também de instituições consolidadas, como as Universidades Federais.

Em 2020, com o novo coronavírus, os campos científico, político e jornalístico sofreram novos desdobramentos. Enquanto as UFs e seus pesquisadores foram acionados pelo campo jornalístico em virtude das ações de combate à pandemia, no campo político o presidente Bolsonaro relativizou os danos provocados pela covid-19, que a todo momento eram validados por diversas instituições. Enquanto a ciência orientava para que toda a população adotasse a quarentena e o isolamento social, o presidente saía às ruas, cumprimentando pessoas e demonstrando que sua preocupação maior estava relacionada aos impactos da pandemia na economia brasileira. Enquanto as instituições científicas chamavam a atenção para a proliferação de casos e a imprensa conferia visibilidade a isto, o principal governante do país ignorava o crescimento do número de casos e de mortes. Assim, novas oportunidades de análise surgiram para pensarmos a presença das UFs no campo jornalístico.

Ao falarmos em campo, estamos adentrando na conceituação elaborada por Bourdieu (1989). A partir desta noção, podemos pensar em nosso tema do seguinte modo: as Universidades Federais, instituições do campo científico, sofrem seguidamente com tensionamentos com o governo federal, que compõe o campo político. Esses acontecimentos são reconfigurados quando passam a ser enquadrados pelo campo jornalístico. Percebemos, assim, interfaces entre esses três universos: o campo político, o campo jornalístico e o campo científico. No contexto da pandemia do novo coronavírus, é possível pensarmos em novas configurações dessa relação, tendo por base os enquadramentos jornalísticos das UFs? Esta é a pergunta norteadora de nosso artigo.

Para responder este questionamento, colocamos como objetivo deste artigo verificar os cruzamentos entre os campos político, jornalístico e científico, com base nos en-

---

de Michel Temer. Em abril de 2019, nos primeiros meses do governo de Jair Bolsonaro, o Ministério da Educação reduziu novamente o orçamento para essas instituições, operando um contingenciamento de R\$ 1,7 bilhão. Disponível em <https://glo.bo/37ZJXul> e <https://glo.bo/2rNotQR>. Acesso em 08 ago. 2020.

quadramentos das Universidades Federais no jornal Zero Hora (ZH)<sup>3</sup> no primeiro semestre de 2020. Utilizamos a noção dos campos a partir de Bourdieu (1989; 2004). Auxiliando nossa reflexão sobre o campo jornalístico, nos amparamos também em Cook (2011), que propõe uma percepção sobre o jornalismo enquanto instituição política. Por fim, faremos a análise de seis matérias que tratam das UFs, publicadas entre janeiro e junho de 2020 em ZH. A análise é amparada na metodologia do enquadramento jornalístico, a partir de Gamson e Lasch (1981) e Gamson e Modigliani (1989).

## **2. Campo político, campo jornalístico e campo científico: atravessamentos e intersecções**

A noção de campo foi articulada por Bourdieu (1989) a partir do entendimento de que a constituição de um universo objetivo seria um caminho para solucionar o dilema das diferentes interpretações que indivíduos possam ter sobre determinado tema. Sob tal perspectiva, somente os agentes que pertencem a tal campo teriam propriedade para dar a última palavra sobre qualquer temática inerente a este universo específico. Esses campos seriam “espaço das relações objetivas (estrutura) de que são manifestação as permutas comunicacionais diretamente observadas (interação)” (BOURDIEU, 1989, p. 54). O conceito está ancorado na ideia de que o discurso de um indivíduo só poderá ser legitimado se aquele que fala integra o espaço que lhe é peculiar. No caso das instituições universitárias, componentes do campo científico, podemos imaginá-las como entes que aglutinam docentes, discentes e técnicos, só para citarmos alguns exemplos. Aplicando a ótica de Bourdieu, seriam estes os atores capazes de produzir discursos e enquadramentos legítimos acerca do trabalho efetuado por tais instituições.

O autor entende que a sociedade é composta por uma variada gama de agentes que operam interações para fazer valer suas análises, palavras e discursos acerca do cotidiano. Trata-se de uma “luta simbólica” acionada por “relações de força” (BOURDIEU, 1989, p. 55). Ocorre que cada indivíduo, porém, pertence a diferentes campos: po-

---

<sup>3</sup> Um dos jornais impressos mais vendidos do Brasil, Zero Hora foi criado em 1964. É um veículo do Grupo RBS, com sede em Porto Alegre-RS.

demos considerar em determinado discurso a palavra do jornalista, do cientista, do político, etc., cada um falando a partir do espaço que lhe é natural.

Esses espaços constituem-se em campos hierarquizados: seus agentes “ocupam posições mais ou menos elevadas”, precisam “compreender o que pode ser dito e sobretudo *o que não pode ser dito*”<sup>4</sup> e estão em uma composição social onde precisam “saber quem é excluído e quem se exclui” (BOURDIEU, 1989, p. 55). Porém, ao mesmo tempo que Bourdieu (1989) apresenta a noção de campo como um universo objetivo, composto por instituições e agentes que lhe são genuínos, o autor considera que há espaços de confronto. Logo, percebe-se a impossibilidade de tratar a questão do campo sem falarmos das disputas existentes dentro de cada estrutura.

Em relação ao campo político, as relações que permeiam sua estrutura determinam as atitudes por ele tomadas. Essas relações englobam ocupantes de todas as posições dentro e fora do campo, como, por exemplo, os partidos políticos, aqueles que os financiam, seus eleitores, o campo jornalístico, dentre outros agentes. As interações advindas destes atravessamentos é que culminarão nas “tomadas de posição” ou na “oferta de produtos políticos” (BOURDIEU, 1989, p. 155). Assim, a escolha de Bolsonaro em relativizar o impacto da covid-19 também é fruto de conexões que não se limitam apenas ao campo político em si. Neste caso, as aproximações com setores da economia brasileira podem dizer muito sobre a postura adotada pelo presidente.

Aglutinando uma linha de raciocínio que comporta a política e o jornalismo, Cook (2011) defende que este último “deve ser considerado não só como uma instituição, mas também como instituição política; em outras palavras, os jornalistas são atores políticos” (COOK, 2011, p. 203). Assim como no espectro do campo político, o campo jornalístico também possui atravessamentos em sua própria constituição. A questão da independência jornalística ora é assumida, ora é maquiada. Da mesma forma a sua influência, por vezes relativizada como também enaltecida.

Para Cook (2011, p. 205), “o jornalismo compartilha um destino semelhante com os três poderes constitucionais, sendo parcialmente independente e parcialmente dependente de outras instituições para cumprir sua própria tarefa”. Essa negociação entre campo político e campo jornalístico impacta a produção das notícias – que por sua

---

<sup>4</sup> Neste artigo, todos os grifos das citações são do original (do autor).

vez demandam atitudes de seleção dos jornalistas, visto que os veículos não dão conta da cobertura total do que acontece no mundo. O jogo do campo jornalístico é uma constante troca de negociações entre aqueles que estão imbricados na produção do noticiário e os sujeitos que atuam como fontes para que o veículo chegue a determinada história.

Cabe refletirmos também sobre o quanto o campo científico é tratado pelo campo jornalístico enquanto uma “fonte autorizada” (COOK, 2011, p. 219). O cientista, diz Bourdieu (1989), “deve objetivar a ambição de objetivar, de classificar objetivamente, do exterior, agentes que lutam para classificar e para se classificarem” (BOURDIEU, 1989, p. 151). Logo, os agentes do campo científico ocupariam um “papel oficial na hierarquia” (COOK, 2011, p. 219) que o campo jornalístico faz em relação as suas possíveis fontes. O campo jornalístico é uma esfera de validação de autoridades, temas, agentes, instituições. Mas como colocar expectativas nele para que as UFs sejam legitimadas se o próprio jornalismo está atravessado pelo campo político, algoz do campo científico em nosso contexto?

Diz Cook (2011, p. 220): “enquanto o processo governamental fornece o palco, os atores e as falas para os relatos criados pelos jornalistas, cabe a estes cortar e colar esses elementos segundo seus próprios padrões de qualidade e interesse (...)”. O que nos leva a dizer que, se o jornalismo reclama a autonomia universitária apenas em momentos de conflito, aquilo que se faz nas UFs em dias que não há tensionamentos deveria estar na pauta dos veículos para que tais instituições sejam legitimadas. Com a emergência da pandemia do novo coronavírus, faz-se necessário verificar esta visibilidade das UFs, conforme o desenvolvimento de pesquisas e outras ações feitas pelas instituições universitárias.

### **3. O enquadramento jornalístico enquanto metodologia de análise**

Para verificarmos a presença das Universidades Federais no jornal Zero Hora, dentro do contexto da pandemia, utilizaremos como metodologia de análise o enquadramento jornalístico. A premissa dos estudos de enquadramento é de que, no jornalismo, a (re)construção dos acontecimentos passa pela escolha dos termos utilizados, salientando

e destacando algumas características da realidade de forma a construir quadros de significação para quem consome o texto jornalístico. Essas escolhas são angulações que acionam determinados sentidos do que é visibilizado na imprensa, em detrimento de outras leituras possíveis.

Acreditando que a definição de pressupostos e a transparência dos elementos a serem considerados como parâmetros para cada investigação é o que garantirá a validade da pesquisa, situamos como conceituação de enquadramento jornalístico, para a nossa dissertação, o seguinte:

Enquadramento envolve essencialmente seleção e projeção. Para enquadrar é preciso selecionar alguns aspectos da realidade percebida e torná-los mais evidentes em um texto comunicativo, de modo a promover a definição de problemas particulares, interpretação causal, avaliação moral e/ou tratamento recomendado para o item descrito. Normalmente, os *frames* diagnosticam, avaliam e prescrevem [...]. (ENTMAN, 1993, p. 52)

Nosso método de análise está ancorado em dois textos de William A. Gamson, cada um escrito em conjunto com outro autor. O primeiro, em coautoria com Kathryn Eilene Lasch, trata da análise dos enquadramentos na imprensa norte-americana acerca do programa de bem-estar social implementado em 1969 nos Estados Unidos (GAMSON; LASCH, 1981). Buscando identificar elementos do discurso político e midiático, os pesquisadores construíram uma matriz de análise baseada em dispositivos simbólicos, acionados para evidenciar diferentes interpretações do tema em questão. O segundo estudo de Gamson que utilizaremos foi publicado em 1989 com Andre Modigliani, utilizando a mesma matriz de análise (GAMSON; MODIGLIANI, 1989). Gamson e Modigliani (1989, p. 1) colocam que “toda questão política tem uma cultura”. Neste sentido, o discurso que o jornalismo produz sobre os rumos de um país auxilia nesse processo de construção da cultura política sobre um determinado tema, um programa governamental, uma área como educação ou saúde, etc.

A matriz de análise desses dispositivos simbólicos é dividida entre “dispositivos de enquadramento” e “dispositivos de justificação” (GAMSON; LASCH, 1981, p. 2-3). Os primeiros servem para organizar e sintetizar as ideias mais proeminentes em cada texto, auxiliando na compreensão dos eventos. Já os dispositivos de justificação anali-

sam as causas e as consequências imbricadas no tema, e, ainda, apresentam valores (sociais, morais, éticos) que sustentam determinados discursos.

Os dispositivos de enquadramento e de justificação são divididos em “elementos de assinatura” (GAMSON; LASCH, 1981, p. 4) – as últimas microestruturas que servirão como técnica para a identificação dos enquadramentos. Apresentamos elas a seguir.

1. *Metáforas*. São utilizadas para melhorar a compreensão do leitor sobre uma ideia. Gamson e Lasch (1981) explicam que há uma vinculação entre o assunto principal e o assunto associado.

2. *Exemplos*. “Enquanto as metáforas dependem de eventos imaginados para enquadrar o assunto principal, eventos reais do passado ou do presente são frequentemente usados para o mesmo objetivo” (GAMSON; LASCH, 1981, p. 4).

3. *Frases de efeito*. As frases de efeito resumem ou tentam sintetizar o enquadramento geral em uma única afirmação. São chamadas também de slogans.

4. *Representações*. Descrevem ou caracterizam um assunto principal de maneira específica. Após uma leitura preliminar das matérias mapeadas, propomos a criação de quatro categorias: a) representações dos objetivos, da missão e do trabalho desenvolvido pelas UFs em ensino, pesquisa e extensão; b) representações das UFs como campo científico e fonte de informação; c) representações dos estudantes das UFs; e d) representações dos servidores.

5. *Imagens visuais*. Ícones, fotografias, desenhos ou ilustrações que sugerem o significado e o enquadramento de um assunto.

6. *Causas*. Primeiro dos três elementos de justificação, as causas, conforme os autores, dizem respeito à “dinâmica causal subjacente à faixa de eventos” analisada (GAMSON; LASCH, 1981, p. 5). Apresentam a raiz do assunto, o motivo de tal acontecimento.

7. *Consequências*. Os enquadramentos podem evidenciar as possíveis consequências das tomadas de posição – a curto, médio e longo prazo.

8. *Apelos a princípios*. Preceitos morais são elementos que também se encontram nas justificativas de opiniões e/ou tomadas de decisão, especialmente na pauta política.

Necessário apontar que nem todos os textos são passíveis de serem analisados em todas as categorias, assim como um mesmo trecho do texto pode estar em duas ou mais categorias.

Para o mapeamento das matérias de Zero Hora, buscamos textos que citam as Universidades Federais. O passo seguinte foi a categorização nos dispositivos de enquadramento e de justificação. Como recorte, analisamos uma matéria de cada mês do primeiro semestre de 2020, totalizando seis matérias. Os textos selecionados refletem o enquadramento prioritário de cada período/mês em análise. Nosso raciocínio para esta seleção obedeceu ao padrão de acionamento das UFs. Por exemplo: se o padrão mais frequente dentro do mês foi acionar pesquisadores das UFs como fontes para comentar acontecimentos variados, pegamos uma matéria que ilustrasse esta situação. Outros exemplos de padrões: matérias sobre pesquisas desenvolvidas nas UFs; matérias sobre os tensionamentos entre UFs e governo Bolsonaro; matérias sobre UFs no contexto do coronavírus, etc.

#### **4. Enquadramentos das Universidades Federais em Zero Hora nos primeiros meses da pandemia**

A primeira matéria analisada tem como título “Reitores criticam MP que mexe com a autonomia das federais” (KOSACHENCO, 2020, p. 26). Publicada na edição do dia 3 de janeiro de 2020, ela aborda a Medida Provisória 914/2019, que tentou alterar o mecanismo de escolha de reitores e diretores das Universidades e dos Institutos Federais. Selecionamos esta matéria para o nosso corpus uma vez que ela representa o que mais foi destacado por ZH no mês: os tensionamentos entre UFs e o governo Bolsonaro. Em janeiro de 2020, nenhum caso de covid-19 havia sido identificado em território brasileiro ainda. A escolha da pauta já nos diz muito sobre a abordagem das UFs em ZH no período pré-pandemia: poucas matérias enfatizando a função social dessas instituições (como ações de ensino, pesquisa e extensão). Ao contrário: o que se vê é a abordagem de confronto entre as instituições e o governo Bolsonaro.



Passando à análise dos dispositivos simbólicos, os mais proeminentes dizem respeito às *causas e consequências* da MP, seguidos por *exemplos* de instituições afetadas no estado do Rio Grande do Sul. A causa mais evidente diz que, com a medida, o peso dos votos de cada categoria da comunidade acadêmica é alterado: “o corpo docente fica com 70% da representatividade, enquanto técnicos-administrativos e alunos, com 15% cada”. As fontes acionadas na matéria incluem os reitores da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que apontam críticas à MP. O primeiro salienta que “o governo propõe uma nova forma de escolher os dirigentes sem conversar com as universidades e institutos”, enquanto o segundo destaca as alterações, também, na nomeação de vice-reitores e diretores de unidades.

Em relação ao dispositivo *consequências*, destacamos a fala da vice-reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): “Nos surpreende por ser mais uma agressão à democracia e à autonomia que caracterizam a universidade”. Também neste dispositivo, a matéria salienta que a universidade de Pelotas fará “uma nova proposta de texto da MP para apreciação dos parlamentares”. O terceiro dispositivo mais proeminente são os *exemplos*. O jornal apresenta a situação de cada uma das UFs no Rio Grande do Sul: como a escolha dos dirigentes ocorre atualmente, data da próxima eleição (ou consulta) e depoimentos de representantes dessas instituições ou notas oficiais divulgadas.

Ao final, a matéria é uma ilustração de como ocorrem as batalhas entre os campos científico e político quando visibilizadas no campo jornalístico. A instituição universitária é colocada pelo jornal como alvo do governo Bolsonaro, colocando este como inimigo das UFs e sua autonomia.

A segunda matéria analisada foi publicada no dia 19 de fevereiro, e tem como título “Universidades federais do RS reagem a cortes” (JUSTINO, 2020, p. 41). Foi neste mês, mais precisamente no dia 26, que o Ministério da Saúde confirmou o primeiro registro de covid-19 no Brasil<sup>5</sup>. Logo, nenhuma ação desenvolvida pelas UFs no enfrentamento à pandemia foi localizada neste mês, em ZH. Na verdade, a proeminência das abordagens não está em nenhum trabalho desenvolvido por tais instituições, em

---

<sup>5</sup> “Brasil confirma primeiro caso da doença”. Disponível em <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus>. Acesso em 09 ago. 2020.

qualquer tema. O destaque, assim como no mês anterior, é outro tensionamento das UFs com o governo federal. Os dispositivos mais proeminentes são, novamente, as causas e as consequências – principalmente estas últimas.

Duas *causas* são apontadas: primeiro, a “determinação do Ministério da Educação (MEC) para que as universidades e institutos federais [...] não paguem aos professores horas extras, adicional noturno e até aumento de salário por progressão na carreira”. O jornal diz, ainda, que “com o orçamento R\$ 2,7 bilhões menor do que o esperado, o MEC vetou qualquer ato que resulte no aumento de despesas com servidores ativos e aposentados”.

São as *consequências*, porém, os enquadramentos mais proeminentes. Elas focam depoimentos de reitores e/ou notas oficiais de quatro UFs situadas no Rio Grande do Sul: UFRGS, UFPel, UFSM e Universidade Federal do Pampa (Unipampa). As críticas mais fortes mencionadas por ZH são da UFPel e da UFRGS. O reitor da primeira afirma “que o anúncio por parte do MEC é ‘avassalador’”. Já a UFRGS “informa que [...] busca esclarecimento técnico junto ao governo federal. Além disso, aguarda [...] análise da assessoria jurídica da Andifes e [...] Tribunal de Contas da União, entre outras ações”.

Mais uma vez, Zero Hora coloca Universidades Federais e governo Bolsonaro em lados opostos. Dois meses subsequentes com matérias que enquadram esse duelo entre os campos científico e políticos reforçam o sentido de que o atual presidente é inimigo da UFs. Os dirigentes máximos das instituições são acionados para defenderem seus pontos de vista, questionando as atitudes do governo federal para com a educação pública.

Partindo para o mês de março, chegamos ao momento em que o Brasil já estava enfrentando a pandemia, quando Zero Hora começa a chamar atenção para as ações desenvolvidas pelas UFs. Em muitas matérias, docentes são chamados para falarem enquanto fontes especializadas. Uma das pautas mais abordadas foi uma pesquisa nacional coordenada pela UFPel. A matéria analisada é “Pesquisa da UFPel em todo o país” (IRION, 2020, p. 9), publicada no dia 30. Ela contém quase todos os dispositivos de enquadramento e justificação, exceto três (metáforas, frases de efeito e apelos a princípios).

As *representações* e as *consequências* são bastante proeminentes. Sobre a primeira, destaca-se a representação do trabalho feito pela universidade. O ineditismo da pesquisa e o seu alcance nacional são salientados. O coordenador do estudo, reitor da UFPel, fala: “Não é uma pesquisa apenas para publicar em periódico científico. Serve para a comunidade, para salvar vidas”. O depoimento apresenta a função da instituição Universidade Federal: mais que auxiliar a sociedade em um contexto emergencial de saúde, ela *dará sua contribuição para preservar a vida humana*. O governador do Rio Grande do Sul também é acionado por ZH, e diz: “É um trabalho inovador no mundo. Não dá para tomar decisão que não seja baseada em dado científico”. A matéria apresenta também as consequências esperadas da pesquisa, como “a prevalência populacional da infecção” e o índice de letalidade.

Antes de fazermos nossas considerações sobre esta matéria, passaremos para a análise do mês de abril, quando as universidades (sejam federais, estaduais ou particulares) começam a fazer não apenas pesquisas sobre o contexto da pandemia, mas também, ações de solidariedade. A matéria mais significativa desta perspectiva foi publicada no dia 1º, intitulada “Universidades contra a covid-19” (MATOS, 2020, p. 25).

As *representações* foram dispositivos mais salientes: representações do trabalho das UFs, representações das UFs como campo científico e fonte de informações, representantes dos servidores (docentes e técnicos) e também dos estudantes. A diretora de um departamento da UFRGS, ao falar sobre uma ação, destaca: “É nosso compromisso devolver à sociedade todo o investimento feito”. Além da UFRGS, são citadas ações da UFSM, UFPel, Unipampa e universidades particulares. Para ficarmos apenas no escopo das UFs, podemos mencionar que Zero Hora visibiliza a fabricação de máscaras de proteção, a realização de testes de covid-19, a disponibilização de espaços das instituições para acolhimento de doentes, entre outras ações. Apesar de conter poucas *consequências*, é preciso destacar o seguinte trecho: “as universidades tomaram a dianteira, mesmo tendo de interromper aulas e setores administrativos para evitar aglomerações e disseminação do vírus”.

As matérias analisadas de março e abril abordam as UFs como instituições dedicadas a colaborar para a desaceleração da covid-19. São textos que representam como não apenas as universidades, mas todo o campo científico, são importantes para qual-

quer sociedade. No caso das instituições, elas desacreditam os argumentos de que seriam espaços destinados à *balbúrdia*, onerosos e ineficientes, difundidos no espaço público em 2019. O que chama atenção é que aquilo que a UF produz só é visibilizado com maior preponderância em casos singulares, por exemplo, em situação de extrema complexidade como é a pandemia do novo coronavírus, ou quando o governo tenta mexer na estrutura ou no investimento destinado a tais instituições, como se o campo político e o campo científico fossem sempre antagônicos e prejudiciais um ao outro.

A análise da matéria de maio tensiona ainda mais essa questão. Com o título de “Ciência deveria ser prioridade agora, dizem pesquisadores” (JUSTINO, 2020, p. 21), ela foi publicada no dia 13. A pauta é referente a cortes de bolsas, feitos nas áreas da educação, da ciência e tecnologia, impactando também as pesquisas sobre a covid-19 nas UFs. “Por causa da crise econômica, R\$ 29,6 bilhões devem ser congelados das despesas previstas para este ano pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações”, afirma Zero Hora. As *causas* ainda incluem também um “rombo de R\$ 300 milhões no orçamento, o que viabilizaria pagar bolsas só até setembro”.

O texto apresenta diversas *consequências*: “abrir mão do investimento é condenar o Brasil à irrelevância mundial”, disse uma fonte da Academia Brasileira de Ciências (ABC). “Se essas restrições orçamentárias não forem corrigidas a tempo, serão necessárias muitas outras décadas para reconstruir a capacidade científica e de inovação do país”, destacava uma nota assinada pela ABC e pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). No dispositivo das *representações*, encontramos pesquisadores de UFs, acionados como fontes. “A sociedade já reconhece que a ciência é importante. Agora os governantes têm de saber que isso exige investimento de longo prazo”, disse um professor da Unifesp.

Logo, nos enquadramentos desta matéria verificamos que os cortes orçamentários no campo científico vão muito além do impacto nas UFs. Outras instituições também são afetadas. Esses acontecimentos ressoaram por vários dias em ZH. De repente, o campo jornalístico preocupava-se mais veemente com essa pauta, refletindo talvez a expectativa de que a cura para a covid-19 viria do campo científico e suas instituições.

Mesmo com este aparente despertar do campo jornalístico, no mês de junho a visibilidade dos trabalhos das UFs já haviam diminuído, ainda que os desdobramentos

com a pesquisa da UFPel fossem noticiados vez ou outra. Porém, o que chamou atenção de Zero Hora foi, novamente, o movimento do governo federal para mudar a escolha dos reitores. Uma nova Medida Provisória esboçada pelo então ministro da Educação Abraham Weintraub voltou a acender esse debate. A matéria “Quatro federais no RS podem ter reitor nomeado sem eleição” (SCHAFFNER, 2020, p. 11), publicada no dia 11, mostrou isso.

No texto, Zero Hora concentrou-se nas *consequências* que a MP poderia gerar, principalmente pelo feito de que há eleições previstas para os próximos meses na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), na Universidade Federal do Rio Grande (Furg), na UFRGS e na UFPel. Zero Hora ouviu o reitor da UFPel, que disse: “Agora, teremos reitores nomeados por um sujeito que deseja prender os ministros do STF”, em referência a Weintraub. O reitor da UFRGS também falou: “A MP é flagrantemente inconstitucional. A autonomia das universidades está garantida na Constituição”. Outra consequência acionada por ZH foi o fato de que “oito partidos de oposição protocolaram ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a medida”.

As consequências do texto da MP, visibilizadas pelo jornal conforme acima, enquadram de forma negativa a tentativa de Weintraub. Para não ficarmos apenas na tensão campo científico versus campo político, é válido refletirmos o motivo de tamanha repercussão em ZH. Se o campo jornalístico defende a autonomia e a legitimidade das UFs, porque só faz nesses momentos de atritos? Com tantas ações produzidas por essas instituições no combate ao principal mal da atualidade, o coronavírus, não seria preferível insistir na visibilidade e consequente importância de tantas pesquisas, carentes de investimentos?

Ao que tudo indica, Zero Hora prefere se consolidar como uma arena de confronto entre os campos da política e da ciência. A predileção do governo Bolsonaro em atacar as Universidades Federais não justifica a cobertura fugaz e episódica do trabalho científico na sociedade. Pelo momento, com base no estudo aqui empreendido, fica a sensação de que as UFs são interessantes para o campo jornalístico não pelo que produzem a partir de sua função social, mas somente como instituições problemáticas, sempre envolvidas em atravessamentos desnecessários.

## 5. Considerações finais

Este artigo teve como objetivo verificar os cruzamentos entre os campos político, jornalístico e científico, com base nos enquadramentos das Universidades Federais no jornal Zero Hora (ZH) no primeiro semestre de 2020.

Verificamos que a noção dos campos sociais de Bourdieu (1989) apresenta uma possibilidade para refletirmos sobre como diferentes esferas da sociedade disputam espaços através de lutas simbólicas. O conceito construído pelo autor segue atual, suscitando diferentes acionamentos nas pesquisas. Para o nosso caso, acreditamos que pensar os cruzamentos dos campos que operamos no presente trabalho revela uma interface teórica essencial para refletir sobre a problemática das Universidades Federais, como nos meses em que o mundo agoniza com a pandemia de covid-19.

Vimos que o campo político é estruturado por uma complexa rede de relações e interações, aglutinando partidos políticos, mandatários e mandantes, que operam tomadas de decisões a partir das posições que ocupam. Essas posições pouco consideram o cidadão comum, que não tem sequer a oportunidade de escolher os rumos do país em um assunto tão delicado como uma pandemia mundial.

O campo jornalístico, por sua vez, possui uma autoridade relativa. Considerando que integra grupos empresariais com interesses capazes de garantir sua sobrevivência, precisa estar no jogo político. Ao mesmo tempo, utilizam as noções de objetividade e de neutralidade para se defender e colocar em discurso aquilo que julga digno de ser visibilizado.

O campo científico, por fim, tem sua autonomia defendida pelos seus pares, porém, é alvo das disputas que ocorrem no âmbito da política, em mais um contexto de atravessamentos, como no caso dos cortes orçamentários que atingem as Universidades Federais ou mesmo na escolha dos reitores.

A análise do jornal Zero Hora demonstrou que os enquadramentos preferenciais do veículo, ao acionar as UFs, são, na maioria das vezes, enfoques que demonstram situações problemáticas dessas instituições, ainda que vez ou outra acione com mais proe-

minência o trabalho científico – por exemplo, no contexto da pandemia. Observamos também que o campo científico, mesmo no momento em que reunia esforços para o enfrentamento da covid-19, não deixou de ser alvo de problemáticas do campo político. Os enquadramentos do campo jornalístico demonstram que, mesmo com vidas humanas em risco, o atual governo brasileiro prefere seguir problematizando instituições que estão preocupadas em encontrar soluções para a pandemia.

Após a reflexão empreendida, podemos perceber que os campos político, jornalístico e científico estão em constante interface e conexão. Ousamos colocar que a sobrevivência de cada uma dessas esferas depende dessa articulação, que não se dá em posições de igualdade e autonomia. As Universidades Federais, nesta luta, buscam sua legitimidade apoiando-se nos outros dois campos, mas também fazendo valer o espaço que entendem lhe ser único e genuíno dentro do contexto científico.

## Referências

- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- COOK, Timothy E. O jornalismo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 6. Brasília, julho-dezembro de 2011, 2 pp. 203-247.
- ENTMAN, R. M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, vol. 43, n. 4, Dec. 1993. Disponível em [https://is.muni.cz/el/1423/podzim2018/POL256/um/Entman\\_1993\\_FramingTowardclarificationOfAFracturedParadigm.pdf](https://is.muni.cz/el/1423/podzim2018/POL256/um/Entman_1993_FramingTowardclarificationOfAFracturedParadigm.pdf). Acesso em: 10 ago. 2020.
- GAMSON, W. A.; LASCH, K. E. The political Culture of Social Welfare Policy. **Pinhas Sapir International Conference on Development – Social Policy Evaluation: Health, Education and Welfare**. Israel, 1981.
- GAMSON, W.; MODIGLIANI, A. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. **American Journal of Sociology**, v. 95, n. 1, July 1989.
- IRION, Adriana. Pesquisa da UFPel em todo o país. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 56, n. 19.671, 30 mar. 2020. Coronavírus, p. 9.
- JUSTINO, Guilherme. Ciência deveria ser prioridade agora, dizem pesquisadores. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 57, n. 19.709, 13 mai. 2020. Coronavírus, p. 21.



JUSTINO, Guilherme. Universidades federais do RS reagem a cortes. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 56, n. 19.637, 19 fev. 2020. Ensino superior, p. 41.

KOSACHENCO, Camila. Reitores criticam MP que mexe com a autonomia das federais. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 56, n. 19.597, 03 jan. 2020. Ensino superior, p. 26.

MATOS, Eduardo. Universidades contra a covid-19. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 56, n. 19.673, 01 abr. 2020. Coronavírus, p. 25.

SCHAFFNER, Fábio. Quatro federais no RS podem ter reitor nomeado sem eleição. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 57, n. 19.734, 11 jun. 2020. Universidades, p. 11.